



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(De Reginaldo Lopes, Aírton Faleiro, Helder Salomão, João Daniel, José Guimarães, José Ricardo, Léo de Brito, Maria do Rosário, Merlong Solano, Natália Bonavides, Padre João, Patrus Ananias, Pedro Uczai, Professora Rosa Neide, Rejane Dias, Rogério Correia, Waldenor Pereira e Zeca Dirceu)

Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o Decreto nº 11.216, de 30 de setembro de 2022, do Poder Executivo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica susgado, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o Decreto nº 11.216, de 30 de setembro de 2022, do Poder Executivo, que “Altera o Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2022”.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Às vésperas do primeiro turno das eleições, dia 30 de setembro, o Governo Federal publicou o Decreto 11.216, que redefine os limites para movimentação e empenho sacramentando um novo contingenciamento nos orçamentos da União para 2022.

O referido decreto reduz a possibilidade de utilização do orçamento previsto nos órgãos e unidades que compõem o Poder Executivo Federal. O Decreto prevê um corte de R\$10,5 bilhões no poder executivo.

Nesse contexto, somente no âmbito do MEC formaliza o contingenciamento de R\$ 2,4 bilhões (R\$ 1,34 bilhão anunciado entre julho e agosto e R\$ 1,06 bilhão agora). Nesse sentido, o Ministério da Educação, cortou percentual de 5,8% em todas as programações, resultando em uma redução na possibilidade





CÂMARA DOS DEPUTADOS

de empenhar despesas das universidades da ordem de R\$ 328,5 milhões de reais. Este valor, se somado ao montante que já havia sido bloqueado ao longo do ano, perfaz um total de R\$ 763 milhões em valores que foram retirados das universidades federais do orçamento que havia sido aprovado para este ano.

Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, essa limitação estabelecida pelo Decreto, praticamente esgota as possibilidades de pagamentos a partir de agora, tornando-se insustentável o funcionamento das Instituições de Ensino Superior.

O bloqueio também atinge drasticamente a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica que com este Decreto acumulam uma perda da ordem de R\$300 milhões. Segundo o Conselho Nacional dos Institutos Federais – CONIF, em nota: “Diante desse contexto financeiro e orçamentário caótico, quem perde é o estudante, que será impactado na continuidade de seus estudos, pois os recursos da assistência estudantil são fundamentais para a sua permanência na instituição”. A entidade aponta que itens essenciais para permanência do aluno, como gastos com transporte, alimentação, internet, chip de celular, bolsas de estudo, não poderão ser custeados em função do novo corte.

O Decreto sob comento também atinge várias outras áreas importantes como as da Saúde, da Ciência e Tecnologia, e do Meio Ambiente.

Tendo em vista que o executivo tem o poder discricionário de distribuir o contingenciamento entre os Ministérios, solicitamos que seja sustado o presente decreto de forma a permitir reprogramar os limites de empenho de modo a garantir recursos mínimos, suficientes para a continuidade da prestação de serviços sobretudo nas áreas de educação e saúde.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 2022.

REGINALDO LOPES – PT/MG

AIRTON FALEIRO – PT/PA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

HELDER SALOMÃO – PT/ES

JOÃO DANIEL – PT/SE

JOSÉ GUIMARÃES – PT/CE

JOSÉ RICARDO – PT/AM

LÉO DE BRITO – PT/AC

MARIA DO ROSÁRIO – PT/RS

MERLONG SOLANO – PT/PI

NATÁLIA BONAVIDES – PT/RN

PADRE JOÃO – PT/MG

PATRUS ANANIAS – PT/MG

PEDRO UCZAI – PT/SC

PROFESSORA ROSA NEIDE – PT/MT

REJANE DIAS – PT/PI

ROGÉRIO CORREIA – PT/MG

WALDENOR PEREIRA – PT/BA

ZECA DIRCEU – PT/PR

